

Endividamento no contexto militar: impactos na saúde mental e a educação financeira como estratégia de prevenção e superação na Marinha do Brasil

Indebtedness in the military context: impacts on mental health and financial education as a strategy for prevention and overcoming in the Brazilian Navy

Suzana Lopes de Lima¹

Orientador: Reinaldo Aparecido Domingos²

Coorientadora: Aline Alves Andrade de Aquino³

RESUMO

O endividamento tem se configurado como um problema crescente entre os militares brasileiros, impulsionado por diversos fatores, tais como a cultura do consumo exacerbado, a facilidade de acesso ao crédito consignado e a ausência ou insuficiência de educação financeira adequada. Esse cenário contribui para que muitos militares enfrentem dificuldades financeiras que afetam não apenas sua vida econômica, mas também seu bem-estar físico, emocional e social. O presente estudo tem como objetivo principal analisar os fatores determinantes para o endividamento no meio militar, identificar as suas causas e compreender os impactos decorrentes dessa condição na qualidade de vida dos militares. Além disso, busca apresentar as estratégias e iniciativas adotadas pela Marinha do Brasil (MB) para mitigar esse problema, especialmente por meio das ações de Educação Financeira desenvolvidas pela Diretoria de Assistência Social. Para alcançar esses objetivos, foi utilizada uma metodologia de natureza qualitativa, com abordagem exploratória e fundamentação bibliográfica, baseada em estudos acadêmicos, artigos científicos, livros e publicações institucionais que tratam do endividamento no contexto das Forças Armadas.

Palavras-chave: Endividamento militar. Crédito consignado. Educação financeira. Marinha do Brasil.

¹Assistente Social da Marinha do Brasil. Mestre em Política Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pós-graduanda do curso de Especialização em Educação Financeira pela Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE). E-mail: suzanalopesdelima@gmail.com

² Orientador: PhD. em Educação Financeira pela *Florida Christian University* (FCU), escritor, educador e terapeuta financeiro. Presidente da DSOP Educação Financeira, Editora DSOP e da Associação Brasileira de Educação Financeira (Abefin). E-mail: reinaldo.domingos@dsop.com.br

³ Coorientadora: Bacharela em Administração de Empresas pela Faculdade de São Paulo; Pós-graduanda em Finanças Empresariais pela *United Business School* (UBS); Pós-graduanda em Market Intelligence pela *Saint Paul* Escola de Negócios com MBA em Empreendedorismo e Gestão de Negócios pelo Centro Universitário do Sul de Minas Gerais (UNIS). E-mail: aline.aquino@dsop.com.br

ABSTRACT

Indebtedness has become an increasingly significant problem among Brazilian military personnel, driven by various factors such as a culture of excessive consumption, easy access to payroll-deductible loans, and the lack or insufficiency of adequate financial education. This scenario leads many service members to face financial difficulties that affect not only their economic situation but also their physical, emotional, and social well-being. This study aims primarily to analyze the key factors contributing to indebtedness within the military environment, identify its causes, and understand the impacts of this condition on the quality of life of military personnel. Furthermore, it seeks to present the strategies and initiatives adopted by the Brazilian Navy to mitigate this issue, particularly through financial education actions developed by the Directorate of Social Assistance. To achieve these objectives, a qualitative methodology with an exploratory approach and bibliographic foundation was employed, based on academic studies, scientific articles, books, and institutional publications addressing indebtedness in the Armed Forces context.

Keywords: Military indebtedness. Payroll-deductible loans. Financial education. Brazilian Navy.

Introdução

A sociedade contemporânea é caracterizada por um consumo acelerado, no qual o desejo por bens e serviços frequentemente supera as necessidades reais, impulsionando o endividamento das famílias brasileiras. Esse fenômeno é intensificado pela facilidade de acesso ao crédito e pela carência de educação financeira, afetando diferentes segmentos sociais, incluindo os militares.

No contexto das Forças Armadas, o endividamento tornou-se uma preocupação crescente, especialmente devido ao uso do crédito consignado e à ausência de um planejamento financeiro estruturado. Nesse contexto, a estabilidade proporcionada pela carreira militar, frequentemente percebida como uma garantia de segurança econômica, pode induzir a decisões financeiras precipitadas e a um elevado comprometimento da renda com empréstimos consignados.

A utilização da margem consignável e a adoção de estratégias, como movimentações e indenizações por transferência, com o objetivo de mitigar o endividamento, evidenciam as consequências de uma gestão financeira inadequada. Tal situação resulta em impactos diretos no bem-estar dos militares e de suas famílias, afetando tanto a saúde mental quanto o bem-estar social.

Diante desse panorama, a Assistência Social da Marinha do Brasil (MB) exerce um papel fundamental no suporte aos militares e seus dependentes, por meio de iniciativas voltadas à educação financeira. Essas ações incluem atividades educativas, como palestras, oficinas e workshops, com o objetivo de promover a capacitação dos militares para uma gestão mais eficiente de seus recursos financeiros, contribuindo para a prevenção do endividamento excessivo e o estímulo a hábitos de consumo mais conscientes e sustentáveis.

Observa-se, ainda, que, por meio do trabalho conduzido pela Diretoria de Assistência Social (DASM), a Marinha do Brasil (MB) tem proporcionado avanços significativos na promoção da educação financeira no meio militar. Entre as iniciativas, observa-se a inclusão de conteúdos de educação financeira em todos os cursos de formação, a oferta de capacitações específicas voltadas a técnicos e militares, bem como a realização de pesquisas sistemáticas com o objetivo de traçar o perfil financeiro dos militares da Instituição.

Desta forma, o presente artigo tem como objetivo analisar as intersecções entre a cultura do consumo, a facilidade de acesso ao crédito consignado e os fatores que

contribuem para o endividamento no âmbito militar, bem como os impactos decorrentes desse fenômeno.

Metodologia

Com o intuito de investigar os aspectos relevantes das intersecções entre a cultura do consumo, a facilidade de acesso ao crédito consignado e os fatores que contribuem para o endividamento no âmbito militar, bem como os impactos decorrentes desse fenômeno, foi realizada uma pesquisa com abordagem exploratória e fundamentação bibliográfica fundamentada em trabalhos de conclusão de curso, artigos científicos, periódicos especializados, obras acadêmicas, documentos institucionais e normativos que abordam a realidade do endividamento entre os militares.

Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica não apenas oferece uma visão panorâmica da literatura existente, mas também possibilita a identificação de lacunas e oportunidades para a realização de investigações originais. Nesse sentido, o autor aponta que:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. (GIL, 2002, p.44).

Dessa forma, Gil (2002) evidencia a relevância da pesquisa bibliográfica ao afirmar que ela constitui a base fundamental para o desenvolvimento de novos estudos, uma vez que possibilita uma compreensão aprofundada acerca de determinado tema.

Conforme Lakatos e Marconi (2002), a pesquisa bibliográfica caracteriza-se também pelo uso de fontes secundárias, englobando publicações escritas, materiais audiovisuais e comunicações orais pertinentes ao tema de estudo. No que se refere à abordagem qualitativa, as autoras enfatizam a interpretação aprofundada dos conteúdos, priorizando a análise subjetiva em detrimento de dados estatísticos.

1. Sociedade de consumo e endividamento no âmbito militar

De acordo com Soares e De Souza (2018), o desenvolvimento da sociedade de consumo foi acelerado pela Revolução Industrial nos séculos XVIII, XIX e XX, impulsionado por inovações produtivas que ampliaram tanto o consumo quanto a propagação da publicidade, promovendo a venda de produtos essenciais e supérfluos. Assim, para os autores, a sociedade de consumo está intrinsecamente ligada ao crescimento do consumismo, que se torna essencial para a circulação de capitais e a geração de lucros no capitalismo contemporâneo:

Vive-se hoje um período definido por muitos como pós-modernidade, um termo de difícil definição precisa, mas que no meio de diversas definições e características apresentadas por diferentes autores (inclusive por alguns que não usam o termo, mas também realizam análises e críticas à cultura contemporânea), um dos elementos que frequentemente aparece como central é o consumismo, fazendo com que alguns autores definam a atual sociedade como sociedade de consumo.

Nesse contexto, identifica-se que, na sociedade atual, há um aumento contínuo da expansão do crédito, incentivando o consumo por estratégias como a fetichização das mercadorias e o fortalecimento da publicidade, que associam o consumo à felicidade e ao status social.

Sampaio e Lupatine (2023), apontam que no Brasil essa expansão ocorre a partir dos anos 2000, quando houve uma significativa ampliação do crédito ao consumidor, impulsionada por políticas econômicas que facilitaram o acesso das famílias a diversas modalidades de financiamento. Para os autores, essa ampliação do crédito esteve associada a fatores como o aumento da renda, a estabilidade econômica e a implementação de programas de inclusão financeira. No entanto, essa cultura consumista, resultou em um endividamento excessivo das famílias brasileiras, especialmente pelo fácil acesso ao crédito pessoal e falta de educação financeira adequada.

De acordo com dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (BCB, 2025), o endividamento das famílias brasileiras atingiu 48,7% da renda acumulada em janeiro de 2025, representando o maior nível desde junho de 2023. Esse índice apresentou um aumento de 0,3 ponto percentual em relação ao mês anterior e de 0,9 ponto percentual em comparação aos últimos doze meses. Paralelamente, o

comprometimento da renda familiar com o pagamento de dívidas também cresceu, alcançando 27,3% (o maior patamar desde julho de 2023), com elevações de 0,3 ponto percentual no mês e de 1,5 ponto percentual em doze meses.

Esses indicadores refletem uma crescente pressão financeira sobre as famílias brasileiras, evidenciando a importância de políticas públicas voltadas para a educação financeira e o consumo consciente, a fim de mitigar os riscos associados ao aumento do endividamento e do comprometimento da renda.

No âmbito das Forças Armadas, é possível constatar uma crescente preocupação em relação aos elevados níveis de endividamento entre os militares, conforme identificado por Silva (2018) que buscou analisar os efeitos da ampliação do crédito consignado sobre o nível de endividamento dos militares da Marinha do Brasil (MB), com foco na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RJ).

A pesquisa buscou não apenas mensurar o impacto dessa modalidade de crédito, mas também compreender o perfil dos militares endividados e os principais fatores que os levam a contrair dívidas. Os dados do período revelavam um cenário preocupante: 45% do efetivo da Marinha encontra-se endividado exclusivamente por meio do crédito consignado. Os resultados reforçavam a necessidade de uma atenção específica à realidade financeira dos militares, especialmente no que diz respeito ao uso e às consequências do crédito com desconto em folha:

... a margem consignável dos militares mostra-se relevante nas causas de superendividamento, pois somente com os descontos de empréstimos em folha de pagamento, esses profissionais podem comprometer 70% de sua renda mensal. Essa situação pode levar essas pessoas a recorrerem a outras modalidades de crédito, com taxas de juros mais elevadas, como o cartão de crédito e o cheque especial, além de comprometer o custeio de despesas básicas de subsistência.

Em trabalho de conclusão de curso apresentado na Escola Superior de Guerra (ESG), Braga (2020) evidenciou que os militares da Marinha do Brasil (MB) apresentavam um comprometimento de renda com crédito consignado consideravelmente superior à média nacional. Com base em dados da Pagadoria de Pessoal da Marinha (PAPEM), referentes ao ano de 2018, o autor identificou que, enquanto o índice médio nacional de comprometimento de renda era de 25%, entre os segundos-sargentos esse percentual atingia expressivos 62%, revelando uma situação financeira potencialmente crítica nesse segmento. Nessa perspectiva, o autor chama atenção para os riscos inerentes ao endividamento na Instituição:

... o endividamento do pessoal militar da Marinha do Brasil pode impactar nas atividades da instituição, com potencial de causar acidentes graves ou desvios de conduta, envolvendo grandes prejuízos materiais e de vidas e afetando seriamente a imagem da instituição. A partir desse entendimento, considera-se relevante e oportuno o estabelecimento de políticas e estratégias para a mitigação do problema dentro do ambiente da Força.

Nesse contexto, constata-se que o grau de comprometimento da renda entre os militares das Forças Armadas tende a superar aquele observado entre os demais servidores públicos. Tal discrepância decorre, em parte, das disposições contidas na Medida Provisória nº 2.215-10/2001 (Brasil, 2001), especificamente em seu artigo 14, § 3º, o qual autoriza o comprometimento de até 70% da remuneração dos militares com descontos em folha, inclusive os decorrentes de empréstimos consignados — um percentual expressivamente superior ao limite imposto aos demais servidores públicos, conforme estabelecido pela Lei nº 14.509/2022 (Brasil, 2022).

Assim, verifica-se um crescimento contínuo do endividamento por meio de empréstimos consignados entre os militares. Conforme identificado por Belluco et al. (2021), com base em dados da PAPEM, em 2021, foi possível constatar que, do total de 192.000 matrículas aptas à contratação de empréstimos consignados, pelo menos 95.094 apresentavam ao menos uma operação desse tipo registrada.

Nesse sentido, compreender essa dinâmica de endividamento no contexto militar revela-se fundamental não apenas para subsidiar a formulação de políticas públicas e ações voltadas à educação financeira, mas também para identificar causas e mitigar os impactos adversos que o endividamento pode provocar na instituição e no bem-estar físico, emocional e social dos militares e seus dependentes.

2. Endividamento e saúde mental: causas e impactos no contexto militar

Pesquisas recentes conduzidas pelo Serasa (2022 e 2024) apontam que a ausência de uma gestão financeira pessoal eficaz pode acarretar impactos emocionais significativos, cujas repercussões transcendem o indivíduo, afetando diretamente o núcleo familiar, o desempenho profissional e a inserção social do sujeito.

De acordo com os dados levantados em 2022, o endividamento interfere diretamente na autoestima, manifestando-se em diferentes formas de sofrimento psíquico. Um dado expressivo mostra que 78% dos entrevistados relataram

pensamentos negativos associados às dificuldades financeiras — pensamentos que, muitas vezes, são alimentados por emoções intensas, especialmente em situações de grandes perdas ou dívidas elevadas.

Além disso, 61% dos participantes afirmaram ter passado por crises ou episódios de ansiedade, e 53% relataram sentimentos de tristeza profunda e medo em relação ao futuro. Esse cenário emocional abala não apenas o bem-estar momentâneo, mas também compromete a autoconfiança: 33% dos endividados disseram ter perdido a confiança em sua própria capacidade de tomar decisões e lidar com o próprio dinheiro.

Esses dados evidenciam como o endividamento transcende a esfera econômica, afetando a saúde mental, a autopercepção e a segurança emocional dos indivíduos endividados.

No contexto militar, em estudo realizado por Moreira (2021), que investigou a relação entre o “habitus militar” e o endividamento, sentimentos como solidão, carência afetiva, culpa e estresse estavam frequentemente presentes na trajetória dos militares em situação de endividamento e influenciavam significativamente seu comportamento.

Além dessa dimensão emocional, o estudo aponta que muitos desses comportamentos financeiros são também respostas a obrigações morais profundamente enraizadas na cultura militar. Duas dimensões se destacam nesse processo: a masculinidade e a ética militar. A primeira, marcada por expectativas sociais relacionadas à virilidade, força, coragem e autossuficiência, pressiona o militar a corresponder a padrões idealizados. A segunda, centrada no valor da honra — elemento estruturante do habitus militar — reforça a necessidade de preservar uma imagem de responsabilidade, compromisso e dignidade.

Assim, a autora evidencia que o endividamento no contexto militar deve ser entendido como um fenômeno complexo, profundamente entrelaçado com os códigos simbólicos e afetivos que regem a identidade militar, já que as respostas a essas pressões não se restringem ao ambiente castrense, mas também se estendem à vida pessoal e familiar:

Se por um lado, casar-se, presentear e viajar com familiares, pagar intercâmbio para filha, divertir-se, financiar o sonho de um imóvel próprio foram desejos e projetos realizados por meio da aquisição de dívidas, por outro, seu acúmulo, na medida em que comprometeu seriamente a renda dos

miltares, ocasionou-lhes grandes problemas – frustrando projetos de vida, constituindo-se em fonte de preocupação e de estresse individual e familiar.

Em estudo apresentado por Borges (2020), identifica-se que o tema do endividamento ainda é pouco explorado no contexto militar, apesar de seus potenciais impactos. Desta forma, o autor buscou compreender quais transtornos e distúrbios podem ser desencadeados pelas dívidas e como esses efeitos se manifestam especificamente entre os militares, considerando as particularidades da carreira — marcadas por disciplina rígida, exposição ao risco, sobrecarga emocional e exigências contínuas desde a formação até o final da trajetória profissional.

Os resultados da pesquisa indicaram que, embora menos da metade dos militares entrevistados tenha declarado estar em situação de endividamento, uma parcela expressiva relatou vivenciar sintomas relacionados ao estresse, à ansiedade e a outros transtornos psicológicos associados à preocupação com as dívidas.

Tal constatação reforça a importância de compreender, de forma mais profunda, as relações entre o endividamento e os comportamentos específicos do contexto militar. Essa compreensão é fundamental para a formulação de estratégias de educação financeira que promovam uma mudança de mentalidade em relação ao uso do dinheiro, ao mesmo tempo em que favoreçam ações preventivas e de cuidado com a saúde mental.

3. Educação financeira e Assistência Social da Marinha do Brasil: experiências e resultados

A Portaria CVM/PTE nº 91/2022 (Brasil, 2022), estabelece diretrizes importantes para o fortalecimento da educação financeira no Brasil, reafirmando o compromisso da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) com a promoção de uma cultura de cidadania financeira. Entre as principais ações previstas, observa-se iniciativas voltadas à inclusão de temas relacionados à economia, investimentos e finanças pessoais no cotidiano dos cidadãos, com especial atenção à formação de jovens e adultos para decisões mais conscientes no mercado financeiro.

Nessa perspectiva, Domingos (2022), aponta que a educação financeira deve ser entendida como um processo contínuo de aprendizado, voltado não apenas para o conhecimento técnico, mas sobretudo para a transformação de comportamentos e atitudes em relação ao uso do dinheiro. Para o autor, trata-se de uma ciência humana

que visa promover autonomia e consciência financeira, incentivando uma mudança profunda nas percepções sobre consumo, investimento e gestão dos próprios recursos. Mais do que lidar com números, para ele, a educação financeira propõe um novo olhar sobre escolhas e prioridades, com foco no equilíbrio e na sustentabilidade econômica ao longo da vida.

De acordo com os estudos analisados (Silva, 2018; Braga, 2020; Moreira, 2021), a educação financeira tem sido tratada como um eixo estratégico no âmbito da Marinha do Brasil (MB). As iniciativas desenvolvidas nessa área priorizam a mitigação do endividamento pessoal por meio do fortalecimento da Assistência Social, com o objetivo de promover melhores condições de bem-estar aos militares e seus familiares. Essa abordagem evidencia a compreensão institucional de que o equilíbrio financeiro e emocional do efetivo é um fator decisivo para a manutenção da prontidão operativa do Poder Naval, refletindo diretamente na capacidade de atuação e no desempenho das funções militares.

Nesse contexto, a responsabilidade pela promoção da educação financeira na Marinha do Brasil (MB) recai sobre a Diretoria de Assistência Social da Marinha (DASM), por meio do Sistema de Assistência Social da Marinha (SiASM).

O Sistema de Assistência Social da Marinha (SiASM) tem como incumbência a implementação de ações de apoio ao núcleo familiar dos militares e servidores civis, por intermédio dos Órgãos de Execução do Serviço de Assistência Social ao Pessoal da Marinha (OES), os quais prestam suporte a diversas Organizações Militares (OM) localizadas em regiões de grande abrangência. Essas ações são realizadas nas áreas de Serviço Social, Psicologia e Direito, com o intuito de atenuar os impactos de situações adversas, com a finalidade de preservar e fortalecer os recursos humanos da Instituição (BRASIL, 2024; BRASIL, 2025).

Desta forma, por meio do Programa de Apoio Socioeconômico – PASE (BRASIL, 2024) os OES devem promover ações tanto de caráter preventivo, por meio da promoção de uma mentalidade voltada à educação financeira, quanto de natureza protetiva, oferecendo suporte direto aos militares em situação de vulnerabilidade social, especialmente àqueles que enfrentam dificuldades econômicas mais severas. Entre as medidas protetivas, destaca-se a concessão de benefícios sociais como forma de atenuar os efeitos do endividamento e do superendividamento.

As ações preventivas relacionadas à educação financeira também foram sistematizadas no Plano de Assistência Social da Marinha – PASM (2025), o qual

prevê que tais iniciativas sejam implementadas de forma contínua por todos os OES, por meio de palestras, workshops e outras atividades educativas.

No contexto das ações mitigadoras do endividamento conduzidas pela DASM, ressalta-se a implementação de um projeto-piloto, realizado em 2021, que culminou na inclusão da disciplina de Educação Financeira em todos os cursos de formação militar. Além disso, a DASM realizou, em 2024, de uma capacitação voltada aos instrutores, promovida em parceria com o Instituto DSOP. A iniciativa teve como objetivo fornecer aos educadores instrumentos necessários para a disseminação eficaz dos princípios da educação financeira, com base na metodologia desenvolvida pelo Ph.D. Reinaldo Domingos.

A DASM também promove, de forma periódica, um estágio de Educação Financeira para Multiplicadores elaborado em parceria com a CVM, ofertado no formato remoto. Essas capacitações são direcionadas tanto aos técnicos de referência dos OES quanto aos militares que demonstram interesse em atuar como multiplicadores do conhecimento financeiro nas suas organizações militares.

Evidencia-se, ainda, a realização de pesquisas sistemáticas sobre o perfil de endividamento dos militares, por meio do Sistema de Perfil do Pessoal da Marinha – SISPERFIL. Esses levantamentos têm como objetivo subsidiar a formulação e o aprimoramento contínuo das ações e estratégias voltadas ao bem-estar socioeconômico do efetivo militar.

Dessa forma, a designação da DASM como órgão central nos esforços de promoção da educação financeira surge como uma forma de consolidar uma política institucional de prevenção ao endividamento, fortalecer a cultura de planejamento financeiro entre os militares e seus dependentes, bem como garantir maior eficiência nas ações de apoio socioeconômico, alinhadas aos princípios de valorização e preservação do capital humano da Força.

Constata-se ainda, que a abordagem adotada pela DASM transcende a concepção tradicional de educação financeira, muitas vezes restrita aos aspectos numéricos, adotando uma perspectiva mais ampla que a vê como uma dimensão do comportamento humano.

Assim, o foco dessa abordagem está no desenvolvimento de atitudes conscientes, na promoção de hábitos sustentáveis e na compreensão dos fatores emocionais e sociais que influenciam as decisões financeiras. Tal como apontado por Domingos (2016), que propõe uma educação financeira integral, fundamentada em

valores, no propósito de vida e no autoconhecimento, considerados como caminhos essenciais para a conquista da autonomia e do equilíbrio financeiro.

Considerações finais

Diante do exposto, constata-se que o fenômeno do endividamento entre os militares insere-se em um contexto mais amplo, marcado pela cultura do consumo, pela ampliação indiscriminada do crédito e pela ausência de uma educação financeira voltada à transformação de comportamentos.

A Medida Provisória nº 2.215-10/2001, ao permitir que até 70% da remuneração dos militares possa ser comprometida com descontos em folha, revela-se um ponto crítico dessa conjuntura, ao estabelecer um limite significativamente superior ao estipulado para os demais servidores públicos. Tal flexibilização, ainda que juridicamente respaldada, desconsidera os impactos que o endividamento crônico pode provocar na vida dos militares, afetando não apenas sua estabilidade financeira, mas também sua saúde mental, produtividade e relações familiares.

Nesse cenário, torna-se imprescindível a reflexão sobre os efeitos colaterais de medidas legais que, embora atendam a determinados interesses econômicos, expõem os profissionais das Forças Armadas a riscos emocionais e psíquicos expressivos. Como apontado nos estudos analisados, a experiência do endividamento é acompanhada por sentimento de culpa, ansiedade, tristeza, solidão e autodepreciação, os quais, no ambiente militar, são potencializados pelas exigências simbólicas de honra, autossuficiência e resiliência, próprias do “habitus militar”. Assim, é fundamental reconhecer que a saúde financeira do militar está intrinsecamente conectada à sua saúde mental e ao seu desempenho profissional.

Nesse sentido, as ações empreendidas pela Marinha do Brasil (MB), por meio da Diretoria de Assistência Social da Marinha (DASM), representam uma resposta institucional robusta e humanizada ao problema. Ao consolidar uma política de educação financeira que transcende o tecnicismo dos números e valoriza a dimensão comportamental do consumo. Iniciativas como a inclusão da educação financeira nos cursos de formação, a capacitação contínua de multiplicadores, a oferta de suporte por meio dos Órgãos de Execução do SiASM e a realização sistemática de pesquisas demonstram um esforço articulado para promover uma cultura de autonomia, planejamento e equilíbrio.

Esse protagonismo assumido pela Marinha do Brasil torna-se ainda mais significativo diante da ausência, no âmbito do Ministério da Defesa (MD), de um órgão central responsável pela formulação de políticas públicas e estratégias integradas sobre endividamento e saúde financeira, que possam ser implementadas de forma coordenada entre as três Forças Armadas.

Nesse contexto, evidencia-se que a estrutura normativa atualmente vigente, especialmente no que se refere à permissividade da Medida Provisória nº 2.215-10/2001, demanda reformulação e deve ser incorporada às agendas institucionais como medida essencial para a proteção do bem-estar dos militares e a preservação da capacidade operacional das Forças.

Por fim, observa-se a importância da promoção de uma educação financeira que esteja articulada à compreensão do comportamento humano, tornando possível a adoção de intervenções mais sensíveis, humanizadas e alinhadas aos princípios da saúde integral e da valorização do efetivo militar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Estatísticas monetárias e de crédito: janeiro de 2025. Nota para a imprensa – 09/04/2025. Brasília: BCB, 2025. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticasmonetariascredito>. Acesso em: 19 abr. 2025.

BELLUCO, Lilian Reys; FABELLO, Aline Cristina Arcanjo; VASCONCELOS, Luiz de Melo. Ações preventivas de educação financeira como instrumento de sustentabilidade econômica da Família Naval. In: BORGES, Maria Eliâne Alencar Rocha (org.). Assistência Social da Marinha do Brasil: trajetória e desafios. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2022.

BRAGA, Alexandre de Mello. Redução do endividamento pessoal: um desafio aceito na Marinha do Brasil. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Altos Estudos Política e Estratégia – CAEPE) – Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2020.

BRASIL. Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001. Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 set. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2215-10.htm. Acesso em: 5 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.509, de 29 de dezembro de 2022. Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para dispor sobre o desconto de valores em folha de pagamento. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 dez. 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2022/lei/L14509.htm. Acesso em: 5 abr. 2025.

BRASIL. Comissão de Valores Mobiliários. Portaria CVM/PTE nº 91, de 6 de julho de 2022. Estabelece diretrizes de atuação institucional no âmbito da educação financeira. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2022. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-cvm/pte-n-91-de-6-de-julho-de-2022-412826769>. Acesso em: 19 abr. 2025.

BRASIL. Marinha do Brasil. Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha. Normas para o Serviço de Assistência Social na Marinha – DGPM-501 – 8ª Revisão. Rio de Janeiro: Marinha do Brasil, 2024.

BRASIL. Marinha do Brasil. Diretoria de Assistência Social da Marinha. Programa de Assistência Social da Marinha (PASM). Rio de Janeiro: Marinha do Brasil, 2025.

DOMINGOS, Reinaldo. Terapia financeira: para você conquistar equilíbrio na vida pessoal, profissional e financeira. São Paulo: DSOP, 2016.

DOMINGOS, Reinaldo. Educação financeira: uma ciência comportamental. Revista Científica Multidisciplinar RECIMA21, v. 3, n. 4, 2022. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/download/1217/1018>. Acesso em: 12 abr. 2025.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.25246/direitoedesenvolvimento.v9i2.815>. Acesso em: 24 mar. 2025.

MOREIRA, Nádia Xavier. “Habitus militar e endividamento: um estudo de caso na Marinha do Brasil.” *Anuário Antropológico*, vol. 46, no. 1, 2021. Disponível em: <file:///home/nas/Downloads/aa-7687-1.pdf>. Acesso em: 05.abr.2025.

SAMPAIO, Mirelle Vasconcelos; LUPATINI, Márcio. Crédito pessoal e endividamento no Brasil. Grupo de Estudos de Crítica da Economia Política – GECEP/UFVJM. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, 2023. Disponível em: http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2023/09/Artigo_Vozes_2023_autores_indenticados.pdf. Acesso em: 5 abr. 2025.

SERASA; OPINION BOX. Perfil e comportamento do endividamento brasileiro. São Paulo: Serasa, 2022. Disponível em: <https://cdn.builder.io/o/assets%2Fb212bb18f00a40869a6cd42f77cbeefc%2F3737e87997744fea99f21146c9647091?alt=media&token=0a8ba1e9-f983-4fba-8a35-789113b1da81&apiKey=b212bb18f00a40869a6cd42f77cbeefc>. Acesso em: 7 abr. 2025.

SERASA; OPINION BOX. O impacto das finanças na saúde mental do brasileiro. São Paulo: Serasa, 2024. Disponível em: <https://cdn.builder.io/o/assets%2Fb212bb18f00a40869a6cd42f77cbeefc%2F99b232def8b44d5ca25fb81f679c3af1?alt=media&token=307391a5-b07f-43ad-9bba->

4707fdab0a16&apiKey=b212bb18f00a40869a6cd42f77cbeefc. Acesso em: 12 abr. 2025.

SOARES, Josemar Sidinei; DE SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes. Sociedade de consumo e o consumismo: implicações existenciais na dimensão da sustentabilidade. *Direito e Desenvolvimento*, v. 9, n. 2, p. 303–318, 2018.